

REDE DE PARCERIAS

PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E INCIDÊNCIA POLÍTICA DA CHAPADA DAS VEREDAS

Turmalina, dezembro de 2024

1 - Nome do projeto/programa: “Gestão participativa na Chapada das Veredas – Alto Jequitinhonha – MG”

2 - Objetivo: Contribuir no desenvolvimento da agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha por meio de práticas sociais que permitam influenciar nas políticas públicas, melhorar as condições de vida, as relações humanas e o convívio com o meio ambiente.

3 - Duração do projeto: 2023 a 2025

4 - Área do trabalho: São 19 comunidades rurais da “Chapada das Veredas”, municípios de Turmalina e Veredinha, Alto Jequitinhonha - MG.

5 - Quantidade de beneficiários:

Totaliza-se aproximadamente 730 famílias ou uma média de 1.900 pessoas (camponeses-as) das comunidades rurais de Turmalina e Veredinha, as quais “abraçam” a chamada “CHAPADA DAS VEREDAS”. Este é o público alvo direto, delimitado por esta proposta, pois, indiretamente, estão parte das populações dos demais municípios citados que compõem a bacia do Fanado e do Alto e Médio Jequitinhonha afetados pela monocultura do eucalipto. Certamente, esta ação será útil para subsidiar a articulação e mobilização de toda essa microrregião a fim de realizar ações efetivas no processo de mitigação dos impactos potencialmente gerados pela monocultura de eucalipto.

6 - Organizações diretamente envolvidas: Associações comunitárias, de artesãs e de mulheres da Chapada das Veredas, Associação de Apicultores do Vale do Jequitinhonha, Associações de feirantes de Turmalina (AFTUR) e Veredinha (AFAVE), Associação de Promoção do Lavrador e do Menor de Turmalina (APLAMT), Câmara Municipal de Turmalina, Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turmalina (STR) de Turmalina, Escola Família Agrícola de Veredinha.

7 - Organizações de apoio: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN); Universidade Federal de Minas Gerais/Campus Montes Claros; Instituto Federal do Norte de Minas Gerais e Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científico (CNPq); Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri; Comissão Pastoral da Terra (CPT); MISEREOR; Voz do Cerrado Suíça; E-CHANGER Suíça; Campo Limpo da Alemanha; CeVI da Itália; UNIPOP Interazione da Itália; CODEFASF; Prefeituras Municipais de Turmalina e Veredinha; Mandatos populares de parlamentares estaduais e federais; entre outros.

8 - Contexto

Na chapada das Veredas, território localizado entre na região limítrofe de Capelinha, Minas Novas, Turmalina e Veredinha, Alto Jequitinhonha, a nordeste de Minas Gerais, houve um intenso processo de privatização da terra e dos recursos da natureza por uma empresa reflorestadora, na época Acesita, com subsídio do Estado¹. O sistema consuetudinário local rezava que famílias que tinha terreno nas grotas, detinham em conjunto o direito de uso da chapada, demarcados por meio das “águas vertentes”. A empresa, por meio de uma pessoa do município de Turmalina, fez procurações para que as famílias que tinham terrenos nas grotas passassem o direito de uso sobre a terra da chapada para a empresa a um preço muito baixo, irrisório, de acordo com os agricultores. Em outras partes, a empresa ocupou impositivamente sem autorização e sem documentação, pois a maior parte das terras não eram cercadas. Algumas famílias assinaram essa procuração, algumas receberam uma quantia em dinheiro por isso, outras não receberam nada, muitos assinaram com medo da empresa, porém, em sua maioria, as áreas simplesmente foram tomadas pela empresa sem nenhuma conversa ou negociação com as comunidades do entorno.

Figura 1 – Chapada da Veredas, 2019.



Fonte: Google Earth. Elaborado por Emília Pereira Fernandes da Silva, 2019.

A presença da empresa reflorestadora se fez representar pelas grandes máquinas, tratores e pelo fogo, que foi um destruidor da vegetação.² Esse cenário intimidou as famílias de lavradores. Espalhou-se uma ideia entre a população rural de que todas as terras das

¹ Graziano e Neto (1983); Moura (1988), Silva (1999), Calixto (2006), Ribeiro (1996), Galizoni (2013) descreveram esse processo.

² Tornando a atividade agrícola nitidamente empresarial, abrindo um mercado de consumo para as indústrias de máquinas e insumos agrícolas utilizadas no plantio (GRAZIANO NETO, 1985).

chapadas pertenciam ao governo, eram devolutas, e que "o governo tomaria quase tudo". A intimidação, a expropriação pela violência e o medo de ficar sem as terras que viviam e trabalhavam fez com que algumas famílias "entregassem" seu direito de uso a qualquer preço. Mas houve resistência. A área onde está situado o povoado de Campo Buriti do município de Turmalina, só não foi totalmente tomada pela empresa porque a comunidade tinha feito um campo de futebol e tiveram moradores que resistiram e exigiram a não ocupação pela empresa. Muitas outras famílias não cederam seu direito à chapada e foram expropriadas de forma violenta.

Emblematicamente a chegada da empresa na chapada foi marcada pela destruição da vegetação nativa, dos tratores que puxavam correntões³ e derrubava todo o cerrado. As madeiras de interesse eram selecionadas para produzir carvão e os restos de vegetação eram eliminados com o fogo. Quando se fazia essa prática, os bichos ficavam espantados e aqueles que não conseguiam escapar dos correntões e do fogo eram mortos. Nesse período os camponeses viam os bichos correndo atordoados e descendo para os espigões e grotas em busca de refúgio.

Para poder transitar com máquinas e caminhões, a empresa fez estradas sobre as veredas, colocando terra e cascalho, aterrando partes, foram criando barreiras que impediam o caminho das águas das veredas, formando barramentos ao longo de seu percurso.

Uma consequência desse processo foi a perda drástica da biodiversidade. A flora e a fauna que habitavam a chapada foram reduzidas, mortas e expulsas com a ocupação das monoculturas de eucalipto. As veredas, abundantes em água, se converteram em lagoas secas e algumas represas de domínio restrito, em boa parte dos casos, da empresa privatizou as águas remanescentes na chapada.

A empresa comprou alguns direitos de uso, mas "legitimou" boa parte de sua ocupação por meio de contrato de concessão de uso com o Estado por períodos entre 25 a 30 anos (CALIXTO, 2006). Entretanto, esse tempo já se esgotou e não há informações concretas sobre como está a regularização fundiária dessas áreas ocupadas pelas empresas. Foi relatado, por diversos entrevistados e organizações sociais que quando a empresa tentou regularizar essas terras em seu nome, mas essa ação não pôde ser efetuada, pois existe a Constituição Federal do Brasil de 1988 regulariza e limita a aquisição de terras brasileiras por pessoa jurídica e pessoa física estrangeira.⁴

Quando da implantação dos maciços de eucaliptos no Alto Jequitinhonha não houve preocupação alguma com a alteração no uso da chapada; pelo contrário, o governo achava que as chapadas eram áreas sem utilização e improdutivas (RIBEIRO, 2013), quando na verdade as comunidades usavam-na de forma coletiva para diversos fins que eram invisíveis para o Estado, mas muito importante nas dinâmicas socioeconômicas e ambientais locais. Com

³ Correntão é uma técnica de desmatamento que possibilita a rápida retirada da vegetação nativa por meio da utilização de correntes presas a grandes tratores de esteiras. No Brasil seu uso é considerado crime ambiental por lei.

⁴ "Art. 190. A lei regulará e limitará a aquisição ou o arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira e estabelecerá os casos que dependerão de autorização do Congresso Nacional" (Art. 190 da Constituição Federal, 1988).

o passar dos anos, as comunidades foram percebendo e sentindo fortemente a perda que tiveram, pois a elas restaram lidar com grandes consequências vinculadas, principalmente, às alterações na disponibilidade hídrica que acarretaram em grandes períodos de escassez.

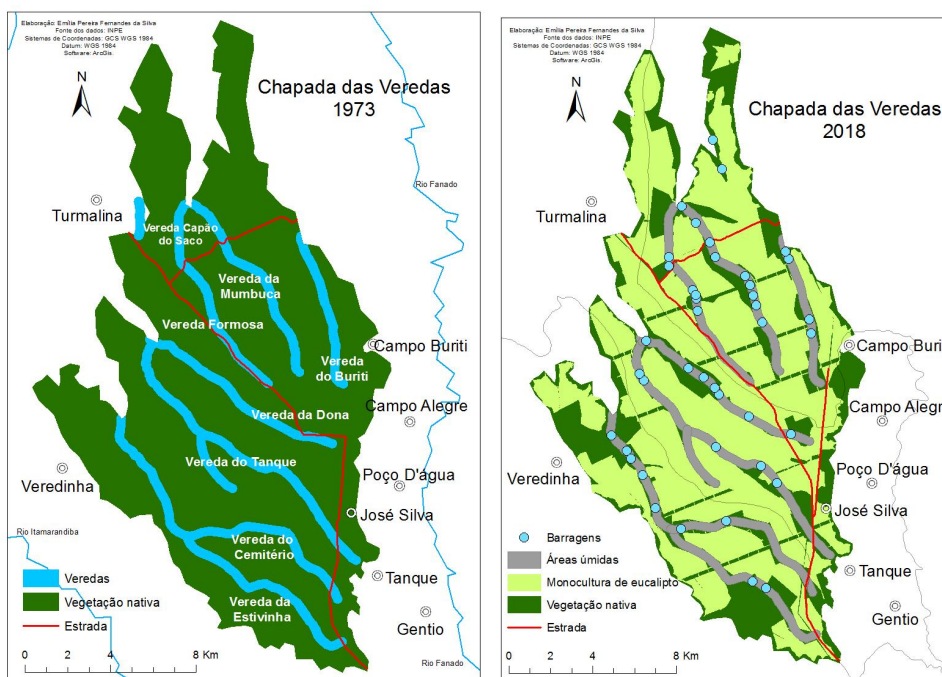
Ao comparar as duas imagens temporais distintas, uma de 1973 que revela o passado e a outra de 2018 que mostra a atual situação, é possível analisar o processo de homogeneização da natureza na chapada.

O desmatamento também pode ser evidenciado utilizando as imagens de satélite, que permitem informar sobre quando e onde houveram alterações no ambiente natural. Segundo Evans *et al.* (2009, pág. 207), “as mudanças de cobertura da terra são processos explicitamente espaciais e são claramente afetadas tanto por processos sociais como físicos”. Associar a ação do ser humano à paisagem é fundamental para estudar as interações humanidade-ambiente; mas esse tipo de pesquisa enfrenta alguns desafios para a compreensão das mudanças de cobertura e uso da terra. De acordo com Evans, *et al.* (2009) as questões de escala espacial devem ser consideradas pois a acurácia espacial podem enviesar resultados; construir uma escala temporal nem sempre é possível, por mais que haja muitos momentos registrados, a cobertura de nuvens pode dificultar a construção de uma série temporal detalhada; sobre a disponibilidade de dados, os dados sobre solo quase sempre não capturam a variabilidade que existe no espaço.

Mesmo com esses desafios, foi possível verificar que a chapada das Veredas tem uma área de aproximadamente 23.840,9 hectares; e, analisando as variações de larguras e comprimentos das veredas em seus percursos na chapada, foi possível estimar que a área média das oito veredas é de 3.230,50 hectares.

Utilizando a técnica de Classificação de Imagem Supervisionada observou-se que em 1973 o solo dessa chapada era ocupado por cerca de 22.273,2 ha de vegetação nativa. O ano de 1973 foi escolhido porque nesta data ainda não havia interferências das empresas reflorestadoras na chapada das Veredas, e foi a data mais antiga possível para a captura de uma imagem de satélite satisfatória.

Figura 2 - Uso e ocupação do solo na chapada das Veredas.



Fonte: Núcleo PPJ, 2018. Mapa elaborado por Emília Pereira Fernandes Silva.

A Tabela 1 mostra a ocupação do solo na chapada das Veredas em 1973: cerca 86,1% de áreas eram ocupadas pela vegetação nativa e as áreas das veredas que ocupavam cerca de 13,6% do território da chapada. Como visto, de acordo com famílias de agricultores, moradores do entorno da chapada, as veredas formavam um “colchão de água” que se expandia de acordo com o regime de chuvas.

Tabela 1 - Ocupação do solo na chapada das Veredas, 1973.

	Áreas (ha)	%
Área total	23.840,90	100,0
Vegetação nativa	20.537,20	86,1
Veredas	3.230,50	13,6
Estradas	73,3	0,3

Fonte: Núcleo PPJ, 2018. Elaborado por Emília Pereira Fernandes Silva.

O mapa temático de 2018 evidenciou a profunda alteração no uso do solo nesta chapada, com a monocultura de eucalipto ocupando em 2018 uma proporção elevada da área onde anteriormente estava a vegetação nativa. As veredas deixaram de existir e deram lugar a barramentos pontuais de água em seus antigos leitos em um total de 43 barragens usadas, em sua maioria, pela empresa.

Na Tabela 4 é possível observar que, em 2018, cerca de 61,5% da chapada está ocupada pelas monoculturas de eucalipto e a vegetação nativa ocupa apenas e cerca de 24,6% da área, ou seja, houve uma redução de 71,5% da vegetação nativa.

Tabela 2 – Ocupação do solo na chapada das Veredas, 2018.

	Áreas (ha)	(%)
Área total	23.840,90	100,0
Eucalipto	14.674,10	61,5
Vegetação nativa	5.859,10	24,6
Áreas úmidas	3.230,50	13,6
Estradas ⁵	77,3	0,3

Fonte: Núcleo PPJ, 2018. Elaborado por Emília Pereira Fernandes Silva.

Um conceito contrário a biodiversidade é a monocultura, estabelecendo dessa forma uma oposição entre um ambiente que é diverso e complexo, e um ambiente homogêneo e simplificado (MEDEIROS, 2011).

Dentre os processos degenerativos profundos da natureza, Ehlers (1999) destaca a erosão e a perda da fertilidade dos solos; a destruição florestal; a dilapidação do patrimônio genético e da biodiversidade; a contaminação dos solos, da água, dos animais silvestres, do homem do campo e dos alimentos. Esses processos ocasionam fragilidade ambiental, econômica e social. A fragilidade ambiental é marcada pela perda da biodiversidade e água, que tem profundo rebatimento para populações rurais, em particular pra comunidades de lavradores.

8.1 - Dilemas e desafios: considerações finais: A Chapada das Veredas no Alto Jequitinhonha tem especificidades ambientais constituídas pelas veredas que formavam uma complexidade de formas de apropriação e partilha de seus recursos. Os recursos da natureza encontrados faziam parte de um sistema de gestão comunitária que possibilitavam estratégias produtivas de famílias rurais de diversas comunidades rurais, que foram bruscamente abalada com a monocultura de eucalipto que homogeneizou e simplificou a natureza, privatizando seu acesso para apenas uma empresa.

A tomada da chapada pela empresa monocultora de eucalipto resultou em concentração da terra, diminuição da vegetação nativa, fragmentação dos remanescentes de vegetação nativa e fortes alterações nos cursos d'água das veredas, que hoje se resumem a barragens

⁵ As estradas contabilizadas nos mapas são a BR-367 e MG-308. Os carregadores, ou seja, estradas sem pavimentação que dão acesso aos talhões de eucalipto, foram contabilizados dentro das áreas de influência dos eucaliptais.

espalhadas pela chapada, sendo utilizadas nos processos produtivos da empresa, além da escassez hídrica agravada nos últimos anos e fortemente sinalada pelas comunidades rurais. A limitação do acesso a chapada ocasionou na destruição do uso comum dado aos recursos dessa chapada, forçando as comunidades rurais ao uso somente das grotas. Mas principalmente, limitou outras formas possíveis de se relacionar e gerir a natureza.

A pesquisa *Comunidades rurais e água na microbacia hidrográfica do rio Fanado, Turmalina (MG)*, realizada entre 2017 e 2019 pela parceria “universidade, CAV, comunidade” evidenciou um conjunto de dilemas e desafios que precisaram ser enfrentados ao curto, médio e longo prazo.

Um primeiro ponto é o secamento de fontes naturais d'água, que conduz a uma diminuição dos mananciais, a uma escassez estrutural de água na microbacia do rio Fanado e ocasiona um conjunto de desigualdades de acesso às fontes naturais. E o que significa isso?

Um problema muito grande para as comunidades rurais e para as populações dos municípios abastecidas pelas águas do rio Fanado. Pois pode chover muito bem no ano que as nascentes não vão voltar a correr, a vazão do Fanado não vai melhorar, vai aumentar só no período da chuva e das enchentes. Recuperar nascentes, e, conseqüentemente aumentar a vazão do Fanado, significa décadas e décadas de ações de conservação e recuperação ambiental.

Mas, a escassez estrutural traz consigo processos profundos de desigualdade de acesso a água. a pesquisa indicou que há famílias que tem disponível 43 litros de água por pessoa por dia, e outras famílias que tem disponibilidade de mais de 200 litros por pessoa dia. Então, a escassez traz consigo um acesso desigual às fontes que é mediado, principalmente, pelo critério de renda: mais renda mais água. O que é muito perverso para se pensar possibilidades de desenvolvimento local.

Enquanto as comunidades rurais limítrofes a chapada das Veredas tem acesso restrito à água para consumo doméstico e um forte estrangulamento da produção agrícola familiar devido essa escassez, a empresa que ocupa o território da chapada detém o monopólio de acesso e uso da água que garante a produtividade em seus monocultivos.

A escassez de água é fortemente sentida pela população rural e as poucas fontes de água disponíveis gera uma incerteza em seu abastecimento doméstico, pois mesmo que boa parte das famílias tenham construído possibilidades de armazenamento considerável de água, elas não tem certeza que vão ter água. As famílias não têm garantia de acesso à água ao longo prazo, pois dependem das nascentes que estão secando, da vazão do rio Fanado que tem diminuído drasticamente ao longo dos últimos anos, dependem da vazão finita dos poços artesianos, dependem mensalmente do caminhão pipa que precisam solicitar à prefeitura para conseguirem ser abastecidas, dependem da construção e implementação de um conjunto de políticas e programas públicos que possibilita às comunidades a ter as fontes “construídas”. Há, nas comunidades pesquisadas, uma enorme insegurança hídrica no abastecimento.

Criou-se um dilema, um desafio para as comunidades da micro-bacia do Fanado e para a sociedade com um todo, que essa incerteza do abastecimento, a incerteza cotidiana de que “qual água e que qualidade de água se vai ter acesso?”. É um estrangulamento que se repete

na escassez hídrica que dificulta a produção de alimentos pelas famílias lavradoras, que se manifesta na desigualdade de renda. E isto causa ou alimenta uma desigualdade muito grande, gera exclusão e marginalização social, econômica e injustiças ambientais.

A pesquisa indicou a enorme relevância de políticas e programas públicos para acesso à água, por meio das fontes construídas. Observou-se que se não houvessem programas e políticas públicas haveria muito mais dificuldade no abastecimento hídrico. Se não houvessem um grande esforço da sociedade e dos poderes pra construir políticas de abastecimento, haveria um caos de abastecimentos das comunidades rurais e região. Haveria uma falta d'água quase que absoluta.

As políticas públicas constroem fontes por um lado, mas, recolocam, por outro, um dilema. Pois, essas fontes construídas precisam de manutenção constante e tem vida útil limitada. Isso faz com os poderes públicos e a sociedade tenham constantemente que investir recursos pra conseguir ter um abastecimento mínimo.

Faz-se necessário um grande investimento das famílias e investimentos públicos para acessar e armazenar a água. Entretanto, há um processo estrutural de escassez de água em curso. De onde virá a água para esses reservatórios? Está se pensando em políticas de conservação, de recuperação e de regulação dessas fontes naturais? Esse é um elemento essencial para a sociedade refletir, por que há um grande investimento, mas esse investimento está sendo feito no mesmo pé da igualdade no que diz respeito a conservação de mananciais? Há fortes investimentos para conservar as cabeceiras do Fanado e recuperar suas nascentes?

Um outro elemento importante que o estudo mostrou foram os processos de "transposições" de água entre micro-bacias hidrográficas. O caminhão pipa, os poços artesianos, estão tirando água de um lugar e levando pra outro; quase sempre, fazem essa transposição sem nenhuma preocupação de, em contrapartida, criar ações de conservação dos mananciais. Novamente, as questões que se colocam para se pensar em soluções públicas sustentáveis de abastecimento são: há cuidados com as nascentes? Há zelo com as áreas de recarga e cabeceiras? De forma geral, observou-se só preocupação em buscar e retirar água, mas praticamente nula a preocupação em se conservar as fontes que ainda estão vivas.

A totalidade dos custos de programas públicos de abastecimento hídrico recai sobre a sociedade, já que os impostos arrecadados pelas atividades produtivas causadoras dos danos ambientais e hídricos não conseguem reparar os danos ambientais. Anualmente os custos hídricos, sociais e econômicos são colocados para as comunidades rurais e para a população do município de Turmalina, que afinal, paga a conta da destruição de mananciais causadas pela empresa com o aval do governo federal e estadual.

Uma reflexão importante que as comunidades rurais fizeram e neste trabalho é exposto, é o uso social e ambiental das chapadas. As chapadas compõem um ecossistema extremamente delicado e importante para a dinâmica das comunidades das sociedades locais: territórios fundamentais por serem áreas de recarga dos mananciais hídricos, por historicamente fazerem parte das atividades produtivas, agroextrativistas e aproveitamento de resíduos que as comunidades rurais desenvolveram conciliando uso com a conservação ambiental. Seria

fundamental pensar sobre o uso social e ambiental das chapadas no provimento de água, no provimento de outros recursos da natureza, e principalmente, vinculado ao extrativismo e aproveitamento de resíduos madeireiros encontrados nessa chapada. no desenvolvimento social de toda a sociedade.

É um momento muito importante para se refletir se o bem comum é resguardado ao se destinar para um único uso monopolizado por uma única empresa uma chapada tem tanta serventia para as comunidades rurais de seu entorno, para o abastecimento hídrico da população urbana, que compõem tantas necessidades ambientais e provê de água toda a sociedade.

Por fim, um elemento o extremamente dramático observado por esse estudo foi o processo de monetarização do acesso à água. Água é recurso da natureza, um recurso comum da natureza, um direito humano pois nenhuma pessoa consegue ficar mais do que sete dias sem beber água. E esse direito humano está sendo comercializado, quem tem renda consegue comprar água, consegue armazenar água, consegue fazer barramento e prender a sua água. É o momento de a sociedade brasileira pensar que acesso a água não deveria ser visto como bem econômico ou como negócio. Água tem que ser pensada como direito humano fundamental, porque sem água não há desenvolvimento humano, não há desenvolvimento de nenhum território.

E junto, da questão hídrica, e a negação ao direito à terra e todos os seus benefícios, surgem os tantos problemas socioambientais e econômicos que permeiam a vida das populações locais. Neste contexto, as comunidades representadas por suas lideranças e as organizações locais fazem o debate sobre a realidade imposta, as necessidades e as estratégias mais apropriadas a fim de amenizar as perdas e o sofrimento do seu povo.

9 - PLANO DE TRABALHO:

11.1 – Metodologia e roteiro:

Os representantes escolhidos pelas próprias comunidades da Beira do Rio Fanado – Turmalina/MG se juntaram aos representantes das organizações membros da Rede de Parcerias de Turmalina/MG, na perspectiva de construir um plano de trabalho com indicações de estratégias e ações a fim de minimizar os efeitos dos impactos socioambientais proporcionados pela má gestão dos recursos naturais nessa região, com destaque para os danos decorrentes da monocultura do eucalipto.

O subsídio maior para o debate que culminaria na construção desse plano, é o resultado da pesquisa realizada em parceria com a UFMG e IFNMG: “Comunidades Rurais e Água na Microbacia Hidrográfica do Rio Fanado, Turmalina, MG”, tanto quanto todo o trabalho em conjunto com a REDE DE PARCERIAS DA CHAPADA DAS VEREDAS o qual se dá desde 2015. Muitas reuniões, processos investigatórios, implementação de pequenos projetos de caráter socioambiental e de incidência junto a organismos competentes da sociedade.

A partir do contexto e resultados muito claramente explicitados pela pesquisa, possibilitou-se uma reflexão coletiva e debate intenso em dois das de reunião, um trabalho formado por três grupos subdivididos pelos seguintes eixos e subtemas:

Eixo 1: Acesso e gestão da água

Tema: Fontes Naturais

Problema / Desafio	Alternativa (s)	Impedimento (s)	O que fazer	Colaboradores
Falta de proteção nas nascentes e áreas de recarga	<ul style="list-style-type: none"> - Cercamento de nascentes; - Preservação das áreas de recarga (Reflorestamento com espécies nativas). 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de recursos financeiros e apoio para realização. - Áreas de recarga em posse da empresa monocultivadora de eucalipto. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mobilização e sensibilização das comunidades; - Buscar apoio de instituições públicas e privadas; - Elaboração de projetos com ações ambientais; 	<ul style="list-style-type: none"> - REDE DE PARCERIAS; - Prefeitura e Câmara; - IEF; - EMATER; - Empresas da região; - Grupo Reação Ambiental - Parlamentares.
<ul style="list-style-type: none"> - Redução do nível do lençol freático; - Secamento das barragens nas chapadas 	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de tecnologias que facilitem a infiltração de água no solo (Ex: barraginhas, bacias, etc); - Afastamento da monocultura de eucalipto das bordas de chapada e das veredas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Pouco investimento nas tecnologias que facilitem a infiltração de água no solo nas chapadas por parte das empresas; - Falta de recursos financeiros e apoio para a construção das tecnologias nas propriedades; - Falta de sensibilidade das empresas que ocupam as chapadas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Solicitar das empresas a construção de tecnologias que facilitem a infiltração de água no solo nas chapadas; - Solicitação do recuo da monocultura em relação às bordas de chapada e de veredas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Empresas que usufruem da área da chapada; - Rede de parcerias - Poder público municipal -Ministério Público de Minas Gerais; - Parlamentares - Copanor / Copasa - Projetos sociais

	- Fiscalização por parte dos órgãos competentes quanto as outorgas e captação de água.	- Ausência de fiscalização regular dos órgãos sobre as ações das grandes empresas.	- Levantamento das licenças de autorização de perfuração de poços tubulares; - Solicitação de fiscalização regular do uso da água por parte das grandes empresas;	- CBH - SUPRAM; - COPAM;
- Área de APP degradadas, com monocultivos com presença de estrada e carregadores (Veredas, bordas das chapadas); - Desequilíbrio ambiental: Fuga de animais da chapada para as grotas (ex: escorpiões, cobras, etc); Alto ataque de pragas e predadores nos cultivos;	- Afastar o monocultivo das veredas e borda das chapadas respeitando os limites estabelecidos na legislação; - Recuperação das áreas de uso consolidado; - Manutenção e ampliação das faixas de corredores ecológicos; - Plantio de árvores frutíferas do cerrado	- Falta de fiscalização e brechas na lei que facilita a ação irregular das empresas; - Falta de interesse e compromisso da empresa.	- Entrar com ação no ministério público solicitando que as empresas realizem as intervenções.	- REDE DE PARCERIAS; - MINISTÉRIO PÚBLICO - PARLAMENTARES.
- Insegurança quanto a qualidade da água (contaminação)	Análise da água (química, de resíduos de agrotóxicos e potabilidade) das diferentes fontes.	- Alto custo financeiro; - Definição de quais princípios ativos investigar.	- Buscar parcerias para a realização das análises, inclusive com o poder público	- Poder público; - Rede de parcerias; - Universidades; - Parlamentares; - Ministério Público.
- Falta de consciência de parte das famílias sobre o uso e gestão da	Realizar ações de conscientização nas comunidades e escolas.	- Envolvimento das comunidades; - Pessoal técnico liberado para	Busca de parcerias e montagem de projetos.	- Rede de parcerias - Poder público.

água.		realização da ação.		
- Utilização de agrotóxicos nas chapadas	Ação de monitoramento e acompanhamento dos tipos de agrotóxicos utilizados e fiscalização dos órgãos competentes.	- Falta de conhecimento dos tipos de agrotóxicos utilizados pelas empresas; - Pulverização noturna; - Falta de interesse do poder público em fiscalizar.	- Realização de análise de resíduos no solo; - Pesquisa da relação entre agrotóxicos e doenças solicitando análise de especialista na área da saúde.	- Rede de parcerias; - Parlamentares; - Ministério Público - Conselhos municipais

Tema: Fontes Construídas

Problema / Desafio	Alternativa (s)	Impedimento (s)	O que fazer	Colaboradores
- Escassez hídrica para uso doméstico e agropecuária; - Capacidade de armazenamento de água por parte das famílias ainda limitada diante da necessidade - Dependência de carro-pipa - Falta de manutenção das fontes construídas; - Acesso do gado diretamente nas fontes de água;	- Implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água da chuva (Barraginhas (incluindo de médio porte), bacias de contenção, cisterna P1MC) - Manutenção e recuperação das tecnologias já implementadas - Cercamento das barraginhas e leitos dos córregos e rios.	Descapitalização das famílias	Acessar Fundo Rotativo / Outras linhas de crédito de custo benefício viável às comunidades	CAV BNB Projetos sociais
		Falta investimento, inclusive, do poder público	Proposta à Prefeitura Municipal de construção de barraginhas com subsídio / Elaboração de projetos sociais para captação de recursos financeiros	Prefeitura Mun. Turmalina Câmara Mun. Turmalina Rede de Parcerias Parlamentares
- Captação excessiva de água das barragens das chapadas e falta de investimentos nestas	- Fiscalização por parte dos órgãos competentes quanto as outorgas e captação de água; - Maior investimento das empresas e	- Ausência de fiscalização regular dos órgãos sobre as ações das grandes empresas. - Falta de compromisso ambiental dos	- Solicitação de fiscalização mais rigorosa e regular do uso da água pelas empresas e empresários; - Solicitação aos usuários	- Empresas que usufruem da área da chapada; - SUPRAM; - COPAM; - Rede de parcerias - Poder público municipal

	empresários para manutenção e conservação das barragens e APP.	usuários.	que realizem investimentos nestas áreas de forma a garantir a permanência da água;	
- Plantio de eucalipto fora de época das chuvas necessitando de irrigação	Proibição do plantio de eucalipto no período de seca	Visão capitalista da empresa	Ação do Ministério Público proibindo o plantio do eucalipto no período da seca	Rede de Parcerias e Ministério Público
- Excesso de enxurradas causando degradação ambiental nas propriedades e fontes de água	Construção de tecnologias de contenção de enxurradas (curvas de nível e bacias de contenção)	Falta de investimento do poder público	- Solicitar formalmente ao poder público; - Buscar parcerias e projetos que permitam a implantação das tecnologias.	- Rede de Parcerias - Poder público; - Empresas

Eixo 2: Acesso e gestão da terra – Tema: Direito

Problema / Desafio	Alternativa (s)	Impedimento (s)	O que fazer	Colaboradores
1 – A falta de conscientização e a desconfiança entre as pessoas da comunidade;	Fortalecer o diálogo entre os comunitários;	A complexidade do assunto, a falta de esperança e a desconfiança das pessoas sobre a perda das terras;	Realizar mais momentos de formação nas comunidades, reuniões, intercâmbios sobre o tema da terra – território (Trabalho de base); Preparar momentos públicos (inclusive na Câmara de Vereadores de Turmalina e na	Rede de Parcerias (CAV STR de Turmalina, Câmara de Vereadores, APLAMT, Associações das comunidades); Universidade Federais e Institutos Federais; Parlamentares; Ministério

			<p>Assembleia Legislativa) para dar notoriedade e fortalecer as parcerias estratégicas;</p> <p>Realizar momentos de reuniões nas diferentes comunidades da Beira do Fanado com a presença de lideranças da Rede de Parcerias, inclusive lideranças das próprias comunidades vizinhas;</p>	<p>Público de Minas Gerais – comarca de Turmalina;</p>
<p>2 – Dificuldade do envolvimento das comunidades como um movimento e a falta de direitos especiais assegurados;</p>	<p>Organização, formação, autoafirmação identitária e reconhecimento como comunidades tradicionais;</p>	<p>Falta de assessoria para oficinas nas comunidades, elaboração de documentos e encaminhamento junto ao governo do Estado;</p> <p>Contexto político brasileiro desfavorável às comunidades quilombolas e tradicionais;</p>	<p>Trabalhar a autoafirmação e o reconhecimento enquanto comunidade tradicional;</p> <p>Organizar relatórios e demais documentos necessários para o reconhecimento;</p> <p>Entrar com pedido junto à Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais;</p>	<p>Rede de Parcerias (CAV STR de Turmalina, Câmara de Vereadores, APLAMT, Associações das comunidades);</p> <p>Comissão Pastoral da Terra – CPT;</p> <p>UFMG e UFVJM (projeto de mapeamento de PCT's);</p>

<p>3 – A falta de acesso às Chapadas que é parte do território tradicional das comunidades, para extrativismo, abastecimento hídrico, produção, reprodução social e cultural das famílias;</p>	<p>Reconquista do território que foi expropriado;</p>	<p>A lei brasileira; A força política, financeira e jurídica da empresa monocultora; A falta de clareza dos caminhos por parte das comunidades;</p>	<p>Após o reconhecimento enquanto comunidade tradicional, entrar com o pedido de regularização do território junto ao Estado de Minas Gerais; Ampliar a força enquanto movimento organizado de luta e construir com clareza as estratégias de organização; Incidir politicamente nas diferentes instâncias governamentais; Solicitar de maneira emergencial aos parlamentares parceiros para pressionar a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais a entrar com pedido de recurso contra a decisão judicial expedida sobre as terras da Aperam;</p>	<p>Rede de Parcerias (CAV STR de Turmalina, Câmara de Vereadores, APLAMT, Associações das comunidades); Comissão Pastoral da Terra – CPT; UFMG e UFVJM FETAEMG (assessoria jurídica); Parlamentares; Ministério Público de Minas Gerais – comarca de Turmalina;</p>
--	---	---	---	--

Eixo 2: Acesso e gestão da terra – Tema: Geração de emprego e renda

Problema / Desafio	Alternativa (s)	Impedimento (s)	O que fazer	Colaboradores
<p>1 – Falta de terras disponíveis para produção, sobretudo em</p>	<p>Reconquista das áreas expropriadas e construção de</p>	<p>O domínio das terras nas mãos das empresas de eucalipto;</p>	<p>Procurar realizar os passos descritos no</p>	<p>Rede de Parcerias Os jovens da</p>

<p>casos de famílias numerosas, e acesso às áreas de coleta de frutos nativos e demais recursos naturais;</p>	<p>um plano de uso e gestão sustentável conciliando a produção e a conservação ambiental;</p>		<p>item “Direitos” deste plano de ação e após a reconquista elaborar o plano de gestão de uso sustentável;</p> <p>Incentivar os jovens a investir mais nas suas comunidades;</p>	<p>comunidade</p>
<p>2 – Terras cansadas e degradadas nas grotas devido ao uso intensivo;</p>	<p>Melhorar o rendimento das terras disponíveis através da qualificação no uso com a produção;</p> <p>Ampliação de assistência técnica produtiva nas comunidades;</p>	<p>Falta de recursos financeiros disponíveis pelas famílias para investimento em tecnologias sociais de recuperação de áreas degradadas;</p> <p>Sucateamento das organizações governamentais (ex: Emater) que deveria prestar assessoria técnica de qualidade;</p> <p>Falta de políticas públicas apropriadas e investimento na preparação do solo de maneira sustentável;</p>	<p>Construir tecnologias sociais de captação de água da chuva nos terrenos, de maneira adequada ao ambiente;</p> <p>Recuperação de peladores;</p> <p>Fazer o manejo adequado da criação animal (gado, porco, galinha, equino) para evitar a degradação das áreas;</p> <p>Produzir sem veneno e procurar ampliar o uso de insumos orgânicos;</p> <p>Acompanhar e cobrar dos operadores de tratores a preparação do solo de maneira correta,</p>	<p>Rede de Parcerias (com destaque para CAV STR de Turmalina, APLAMT, Associações das comunidades);</p> <p>Prefeitura Municipal de Turmalina</p> <p>EMATER</p> <p>Os próprios agricultores (as)</p>

			evitando a gradeação de morro abaixo;	
3 – Risco de estrangulamento à confecção do artesanato em argila devido à falta de acesso aos barreiros;	Assegurar as áreas dos barreiros para uso das artesãs em longo prazo;	<p>Áreas sob domínio particular;</p> <p>Barreiros sendo utilizados para produção de telhas e tijolos por empresas particulares;</p> <p>Falta de conhecimento sobre a disponibilidade e localização das jazidas de argila apropriadas para a confecção das peças de artesanato e para oleio;</p> <p>Escassez de recursos financeiros disponíveis para aquisição das áreas de argila;</p> <p>Riscos ambientais na extração, sem a licença e os devidos cuidados;</p>	<p>Realizar levantamento dos locais em potencial para barreiros;</p> <p>Realizar sondagem e mapeamento dos pontos com a presença de argilas apropriadas para confecção das peças e para oleio;</p> <p>Buscar formas para aquisição das áreas ou formalização de contratos de extração;</p> <p>Realizar o licenciamento da extração de argila (se preciso for);</p>	<p>CAV</p> <p>Associações de artesãs</p> <p>Proprietários</p> <p>Cerâmicas de Turmalina</p>
5 – Baixa disponibilidade de empregos disponíveis para as comunidades	Garantir a desbrota do eucalipto manual por pessoas da comunidade	Empresas reflorestadoras agem com vistas exclusivamente ao lucro em detrimento da condição da população local afetada.	Solicitar ao poder público intermediar relação para reivindicar junto às empresas conforme desejo das comunidades.	Rede de Parcerias e poder público.

Eixo 1: Políticas Públicas – Tema: Saúde / Educação / Infraestrutura / ATER / Artesanato

Problema / Desafio	Alternativa (s)	Impedimento (s)	O que fazer	Colaboradores
1 – Assistência médica e outros serviços de saúde ausentes ou deficientes	Atendimento médico do PSF regular	Indisponibilidade de médicos da parte do poder público	Oficiar a Prefeitura Municipal sobre a questão, reivindicando normalização do serviço / Comunicado e reivindicação por meio do Ministério Público	Prefeitura Municipal Câmara Municipal Conselho Mun. Saúde MPMG
	Atendimento odontológico suficiente	Indisponibilidade de serviço da parte do poder público	Reivindicar junto à Prefeitura Municipal a ampliação do atendimento a fim de compatibilizar à demanda / Propor à Prefeitura a retomada do funcionamento regular do consultório odontológico de Campo Buriti / Oficiar a Câmara Municipal	Prefeitura Municipal Câmara Municipal
	Sistema de tratamento de água / Realizar análises laboratoriais para atestar a qualidade da água disponibilizada / Abastecimentos com água de qualidade (Vide análises)	Falta interesse e/ou capacidade de investimento da parte das empresas responsáveis e poder público	Oficiar Câmara, Prefeitura Municipal e Ministério Público / Requerer junto à COPANOR / Solicitar apoio na Assembleia Legislativa de MG /	Prefeitura Municipal Câmara Municipal Conselho Mun. Saúde MPMG COPANOR ALMG
Precariedade das instalações escolares	Reforma e manutenção dos prédios escolares e infraestrutura em geral	Falta interação da comunidade e interesse e/ou capacidade de investimento da parte do poder público	Requerer junto à Prefeitura Municipal / Oficiar Câmara,	Prefeitura Municipal Câmara Municipal Secretaria educação

Merenda escolar incompatível com as necessidades nutricionais	Ofertar alimentação saudável e balanceada	Falta interação da comunidade e interesse e/ou capacidade de investimento da parte do poder público	Oficiar a Prefeitura Municipal sobre a questão, reivindicando normalização do serviço / Comunicado e reivindicação por meio do Ministério Público	Prefeitura Municipal Câmara Municipal
Falta a promoção de eventos e projetos para a integração da comunidade e escolar, disseminação de conceitos e práticas educacionais para uma formação de cidadãos promissores	Elaborar de forma coletiva e democrática um calendário anual para promover a integração comunitária e ações propositivas a fim de qualificar os processos de formação do Território do Fanado (Ex. Gincanas, atividades de resgate histórico das comunidades e do Fanado, danças, jogos, torneios esportivos, teatro, eventos beneficentes, palestras com atores da própria comunidade e outros convidados...etc)	Falta de iniciativa das partes	Oficiar Prefeitura Municipal sobre a questão, propor reuniões, envolver as comunidades e fazer apontamentos propositivos para as questões levantadas; Realização da SEMANA CHAPADA DAS VEREDAS anualmente.	Comunidades do Fanado. Prefeitura Municipal, Câmara Municipal CAV
	Criar e/ou fomentar grupos de jovens nas comunidades	Falta iniciativa da comunidade e poder público	Propor reuniões nas comunidades, envolver poder público municipal	Comunidades do Fanado
	Oferta de cursos profissionalizantes	Falta iniciativa do poder público e privado	Oficiar prefeitura municipal e setor privado, orientar comunidades a se organizar e cobrar dos gestores responsáveis.	Prefeitura Municipal SENAR SENAI CAV EFAV
Iluminação pública insuficiente	Extensão de rede Instalação de mais luminárias	Investimento público	Abaixo assinado das comunidades junto à Câmara	Câmara Municipal / Prefeitura

			Municipal / Indicações dos parlamentares / Emendas / Requerimento junto à CEMIG / Solicitar apoio à ALMG	Municipal / CEMIG / ALMG
Falta calçamento nos aglomerados comunitários	Calçamento de vias nas comunidades	Investimento público	Requerer junto à Prefeitura Municipal / Indicações dos parlamentares / Emendas	Câmara Municipal / Prefeitura Municipal / Municipal /
Falta contenção de enxurradas em determinadas vias das comunidades	Elaborar e executar ações de condução e retenção de águas das chuvas	Investimento público	Requerer junto à Prefeitura Municipal / Indicações dos parlamentares / Emendas	Câmara Municipal / Prefeitura Municipal / Municipal /
Má conservação das estradas de acesso às comunidades	Elaborar e executar ações de recuperação e manutenção das estradas rurais	Investimento público	Requerer junto à Prefeitura Municipal / Indicações dos parlamentares / Emendas	Câmara Municipal / Prefeitura Municipal / Empresa
Falta programa estratégico de assistência técnica e extensão rural: uso indiscriminado agrotóxico, falta disponibilidade de profissionais de assistência técnica,	Construir coletivamente programa de ATER: definir princípios, objetivos, metodologia e cronograma. Contratar equipe com perfil para execução do programa de ATER Capacitar a equipe de profissionais segundo o que pede o programa de ATER Disponibilizar equipamentos e meios necessários ao	Falta interesse, criatividade e/ou capacidade de investimento da parte do poder público	Requerer junto à Prefeitura Municipal / Indicações dos parlamentares / Emendas Elaboração de projetos sociais.	Câmara Municipal / Prefeitura Municipal / Municipal / Poder público estadual. REDE DE PARCERIAS

orientação para o trabalho, entre outros.	trabalho da equipe técnica			
	Realizar monitoramento e avaliação periódica dos serviços prestados e resultados gerados			
	Capacitações em áreas afins	Investimento público	Requerer junto à Prefeitura Municipal / Indicações dos parlamentares / Emendas	Poder público municipal/est atual CAV
	Propiciar maior inserção dos produtos da agricultura familiar no mercado	Investimento público pesquisas	Requerer junto à Prefeitura Municipal / Indicações dos parlamentares / Emendas	Poder público municipal/est atual CAV
Falta visibilidade e oportunidade de vendas no local	Criar e fomentar um polo turístico em Turmalina: visitar experiências consolidadas / Resgatar histórico dos ambientes, populações, associações, personagens, das atividades / estabelecer roteiro de visitas / capacitar guias turísticos / Disponibilização de local e estrutura local / divulgar via mídias e meios diversos /	Falta interesse/sensibilidade por parte das lideranças públicas em investir, do setor privado em apoiar e fomentar	Requerer junto ao poder público/privado, indicação parlamentares/emendas.	Poder público municipal/est atual Setor privado CAV
Otimizar os meios e força de produção	Formação de jovens para atividades vinculadas ao artesanato	Investimento público, organização das associações	Requerer junto ao poder público/privado, indicação parlamentares/emendas.	Poder público municipal Associações CAV
	Ampliar e fortalecer o programa de apoio ao artesanato desenvolvido pelo CAV: intercâmbios, capitalização,	Aprovação de projetos/planejamento	Requerer junto ao poder público, indicação de parlamentares, envio de projetos para entidades de	Poder público municipal/est atual Fundações CAV

	instrumentalização, fortalecimento organizacional/institucional, incidência política		apoio, criação de cronograma de prioridades e planejamento.	
	Mapeamento das fontes de matéria-prima e facilitar o acesso de artesãs/ãos	Planejamento	Projetos e cronograma de execução/planejamento.	CAV, fundações (BB, BR)
Dificuldade de acesso a mercado	Viabilização dos meios necessários à participação das associações das principais feiras do país	Investimento público/privado	Requerer junto ao poder público, indicação de parlamentares, envio de projetos, emendas.	Poder público municipal/estadual
	Promover vendas por meio de plataforma digital	Pessoal treinado e apto a desenvolver as questões tecnológicas	Requerer junto ao poder público, indicação de parlamentares, envio de projetos, emendas.	CAV, poder público municipal/estadual
Garantia e manutenção do transporte feirante	Reuniões com vereadores e prefeito para assegurar orçamento para o transporte feirante com o poder público municipal.	Investimento público	Requerer junto ao poder público, indicação de parlamentares, envio de projetos, emendas.	Poder público municipal/estadual
Estrutura de produção e beneficiamento dos produtos da agricultura familiar.	Adequar a estrutura de produção e beneficiamento dos produtos da agricultura familiar.	Investimento público e particular	Requerer junto ao poder público, indicação de parlamentares, envio de projetos, emendas.	CAV, poder público municipal/estadual
Precarização das unidades de beneficiamento familiar.	Regulamentação de Agroindústrias familiares para obtenção do SIM	Não Funcionamento do SIM	Requerer junto ao poder público municipal.	Poder público municipal, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Pode-se dizer que a qualidade das informações produzidas, o interesse e a força das representações envolvidas possibilitaram um trabalho de muita intensidade, emoções, trocas de sinergias, o que impulsionou a construção do plano apresentado.

Por fim, apresentas e debatidas as propostas, pactuou-se pela utilização do presente plano na reivindicação junto às autoridades competentes, elaboração de projetos sociais e construção de parcerias para investimento na região alvo no cumprimento dos fins a que se propõe.

OBS: Documento deverá passar por revisão e atualização regular.